



# *Câmara Municipal de Mairiporã*

*Estado de São Paulo*

ATA DA REUNIÃO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 56/2022 QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2022

Aos nove dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, no Plenário "27 de Março", localizado no prédio da Câmara Municipal, na Alameda Tibiriçá, nº 422, realizou-se a 1ª Audiência Pública, referente ao Projeto de Lei nº 56/2022 que Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2022, sob a direção do **Vereador José Correia da Silva Neto, presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal**, acompanhado do **vice-presidente da comissão, Vereador Fernando Rachas Ribeiro** e do **secretário, Vereador Gilberto Tadeu de Freitas**. Abertos os trabalhos, constatou-se a presença da Secretária Municipal da Fazenda, Sra. Silvana Francinete da Silva, e dos Vereadores Doriedson Antonio da Silva Freitas e Rubens Alves. Abertos os trabalhos, o presidente convidou a secretária para que fizesse a explanação sobre o referido projeto, a qual foi acompanhada da apresentação de slides, demonstrando e detalhando todos os valores de receita e despesas, por programas e ações. A secretária cedeu uma cópia da apresentação para ser disponibilizada no site da câmara municipal. Findada a apresentação, foi constatada a presença das vereadoras Ruty Freitas e Leila Ravásio, além do vereador Eliomar. O vereador Doriedson perguntou se o cidadão comum poderia fazer emendas nessa fase do processo e a secretária respondeu que nesse momento seriam legais apenas as emendas via Câmara Municipal. Na sequência o vereador questionou sobre o valor que o Hospital Anjo Gabriel custará para os cofres públicos no próximo ano. A secretária respondeu que o Hospital ainda encontra-se em processo licitatório e que está na rubrica de parcerias com organizações sociais, privadas e filantrópicas, e possui estimativa de custo de de 2 (dois) milhões de reais mensais. O vereador Dori também questionou sobre o valor que a pasta de Serviços Urbanos teria a sua disposição em 2023. A secretária mostrou no slide e respondeu que a pasta terá a disponibilidade de R\$ 27 milhões de reais. Em seguida o mesmo vereador pergunta se há previsão para a construção da subprefeitura da Serra. A

*Neto*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



# *Câmara Municipal de Mairiporã*

## *Estado de São Paulo*

secretária respondeu que não há previsão orçamentária a ser investida neste tema. Ato contínuo, o vereador perguntou sobre os valores que serão destinados para a causa animal e a secretária o respondeu, informando que há previsão orçamentária de R\$ 210 mil. O mesmo vereador perguntou se a prefeitura possuirá valores destinados a precatórios e a secretário respondeu informando que há previsão orçamentária no valor de R\$ 620 mil para precatórios em 2023. Em seguida perguntou sobre o valor que será destinado a regularização fundiária e a secretária informou que o valor previsto a ser destinado para a regularização fundiária é de R\$ 600 mil. Em seguida o presidente da Comissão passou a palavra para o vereador Eliomar que agradeceu a oportunidade, ressaltou a importância dos questionamentos feitos durante a audiência e informou que irá fazer a análise mais criteriosa e que se houver a necessidade de apontamentos certamente fará. Em seguida o presidente passou a palavra para o vereador Rubens para que fizesse seus questionamentos. O mesmo iniciou questionando se o valor de R\$ 1 milhão e 280 mil seria suficiente para a aquisição de medicamentos pelo município. A secretária respondeu informando que provavelmente não será o suficiente, no entanto esse valor foi estimado considerando o histórico de recebimento de diversas emendas para esse fim pelo município. O vereador Gilberto, secretário da Comissão questionou sobre a inadimplência no pagamento de IPTU pelos moradores da Serra e a secretária o respondeu informando que a região possui 17,65% de inadimplência e com relação a dívida ativa a região possui R\$ 18 milhões. Na sequência o vereador Rubens retoma a fala e pergunta sobre o valor destinado a sinalização de trânsito e a secretária, por sua vez, informa que enviará a resposta após a audiência, em razão de um corte no slide, justo neste item, que impossibilitou-a de consultá-lo naquele momento. Findados os questionamentos por parte dos representantes do legislativo ali presentes, o presidente abre o direito de fala para os munícipes previamente inscritos. O Rivelino Aparecido iniciou questionando se haverá aumento do IPTU em 2023. A secretária respondeu informando que não haverá reajuste para o IPTU e nem para a taxa do lixo. O munícipe perguntou também sobre os valores arrecadados com taxa de lixo de imóveis desocupados e a secretária informou que o mesmo poderá procurá-la, pois a resposta depende de outras



# Câmara Municipal de Mairiporã

Estado de São Paulo

secretarias envolvidas no tema. O munícipe também questionou sobre a possibilidade de reajuste do salário dos servidores municipais e a secretária o respondeu informando que está previsto o repasse de inflação de 10%. Na sequência o presidente passou a palavra para a munícipe Marina da Silva que perguntou se existe um teto para o remanejamento do orçamento por meio dos créditos suplementares adicionais. A secretária respondeu que o limite é de 10%. A Vereadora Leila questionou se há previsão de terceirização da saúde bucal e a secretária a respondeu informando que há rubrica para a saúde bucal, mas que não sabe responder se há previsão de terceirização do serviço. O vereador Dori perguntou sobre os investimentos no monitoramento da cidade pelas equipes de segurança pública no âmbito do projeto cidade inteligente. A vereadora respondeu que há a previsão de investimentos na ordem de R\$ 10 milhões por meio de emendas para serem investidos em iluminação e com o projeto Cidade Inteligente. O vereador Rubens questionou se há previsão de aumento para os servidores da segurança pública e a secretária o respondeu dizendo que há o repasse da inflação previsto em 10%. Na sequência o vereador Heliomar perguntou se há a possibilidade do prefeito não repassar o reajuste inflacionário no IPTU. A secretária o respondeu informando que haveria a possibilidade desde que houvesse uma previsão de orçamento superavitário, o que não é o caso. Não havendo mais questionamentos a serem feitos, nem pelos vereadores e nem pelo público presente. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente audiência pública, às dezenove horas e quarenta e seis minutos. Da qual, para constar, eu \_\_\_\_\_ Ericson Silva Ferreira que servi como assessor técnico, lavro a presente ata, a qual vai assinada, também, pelo Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento \_\_\_\_\_ José Correia da Silva Neto, pelo Vice-Presidente \_\_\_\_\_ Fernando Rachas Ribeiro e pelo Secretário \_\_\_\_\_ Gilberto Tadeu de Freitas \_\_\_\_\_.